

Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação

A distribuição dos dividendos da atividade editorial:
uma parceria simétrica entre autores e editoras?

São Paulo
2010

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação

A distribuição dos dividendos da atividade editorial:
uma parceria simétrica entre autores e editoras?

São Paulo
2010

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação

Pesquisadores responsáveis pela produção deste estudo (em ordem alfabética):

Ana Paula Bianconcini Anjos

Cristiana de Oliveira Gonzalez

Elisa Klüger

Felipe Brumatti Sentelhas

José Paulo Guedes Pinto

Maria Caraméz Carlotto

Pablo Ortellado

Apoio:

Ministério da Cultura

Fundação Ford

(cc) 2010

Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais 2.5 Brasil

É permitida a cópia e redistribuição deste relatório no todo ou em parte para usos não comerciais dando crédito ao autor original.

Mais informações: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.5/br/>

RESUMO

Neste trabalho buscamos, com base em evidências empíricas do mercado brasileiro, estimar a distribuição dos dividendos advindos da atividade editorial entre autores e editoras. Em seguida, avaliamos o papel do direito autoral na renda dos escritores. Partindo da tese de que a atividade editorial nasce de uma parceria simétrica entre autores e editoras estimamos, a partir de dados agregados produzidos pela indústria editorial, como se distribuem entre eles os dividendos da exploração econômica desta atividade. Os resultados mostram que a repartição dos dividendos é desigual, com cerca de um terço remunerando os autores na forma de *royalties* de direito autoral e outros dois terços remunerando as editoras na forma de lucro líquido. Posteriormente, entrevistamos autores de literatura para avaliar a contribuição da remuneração de direito autoral para a sua renda. Tendo em vista que as respostas eram desiguais propusemos uma tipologia de autores, segundo o papel que o direito autoral desempenha em suas rendas. Nessa tipologia, com exceção dos escritores de livros de grande vendagem, os *royalties* de direito autoral não respondem por parte significativa da renda dos autores.

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Distribuição dos dividendos da atividade editorial entre autores e editores	05
3. Participação dos <i>royalties</i> de direito autoral na renda dos escritores	14
4. Conclusão	25
5. Referências bibliográficas	27
6. Anexos	28

1. Introdução

Historicamente, a atividade editorial tem sido apresentada como uma parceria entre autor e editor num empreendimento de natureza mista tanto literária como comercial. Essa relação chegou mesmo a ser descrita como "simbiótica" (Gaskell, 1972, p. 183): ao autor caberia o trabalho original de concepção e execução da obra e ao editor caberia a seleção, o aperfeiçoamento editorial, a produção industrial e a comercialização. Esses dois elos da cadeia literária trabalhariam de maneira complementar, numa relação simétrica.

Dois depoimentos contemporâneos de grandes editores internacionais devem ser suficientes para ilustrar a difusão dessa visão. O primeiro é uma descrição do papel de editores e autores por Jane Palfreyman, editora executiva da Random House:

O papel dos autores/ criadores [...] é recolher seus pensamentos e idéias em formas originais que mexam, ensinem, entretenham e inspirem o mundo. O papel dos editores é reconhecer este talento e originalidade, fazer uma proposição comercial que seja mutuamente benéfica para autor e editor, ajudar o autor da obra a torná-la a melhor que pode ser, colocá-la de uma maneira que as pessoas queiram comprá-la e garantir que o maior número de pessoas saiba sobre ela, de maneira que o autor possa se beneficiar ao máximo das vendas e conseguir dinheiro suficiente para se manter em empreendimentos criativos posteriores. Autores e editores são cruciais um para o outro. Nenhum pode prosperar sem o outro. [...] O autor cria, o editor investe e da venda do trabalho que criam conjuntamente e da venda dos direitos daquele trabalho, o autor recebe *royalties* e remuneração e o editor consegue o seu lucro. (Palfreyman, 2006)

O segundo é um trecho de um artigo de Robert Miller, presidente da HarperStudio, divisão digital da Harper Collins, para uma publicação voltada para o mundo editorial:

Acredito que editores e autores devem ser parceiros iguais, dividindo os lucros cinquenta-cinquenta [por cento], como temos feito em todos os nossos acordos na HarperStudio. O autor traz seu trabalho criativo para essa parceria e o seu comprometimento para fazer tudo em seu poder para ajudar o livro a ser bem sucedido. O editor traz o risco financeiro [...], sua paixão pelo projeto e o tempo da equipe [...]. (Miller, 2009)

Esse difundido discurso de uma parceria complementar, "simbiótica" e de natureza simétrica entre autores e editores tem raízes antigas. No Brasil, por exemplo, até o início do século XX eram correntes contratos nos quais os dividendos da atividade editorial eram repartidos igualmente entre editor e autor (Lajolo; Zilberman, 2001). Como capital inicial, a editora dava os recursos para a edição, enquanto o autor cedia o texto. Os dividendos desta atividade – o "lucro" – era então repartido entre autor e editora de maneira equânime.

É provável que a prática quase universal de se pagar 10% do preço de capa ao autor como remuneração de direito autoral tenha tido origem na simplificação do cálculo de repartição equânime dos dividendos da atividade editorial. Quando aplicados a modelos econômicos de repartição de dividendos da cadeia produtiva do livro, lucro líquido e direitos autorais tem valores próximos (Earp; Kornis, 2005). Esses valores poderiam ter tido uma equivalência maior no passado

e depois terem se afastado com o desenvolvimento técnico posterior que pode ter diminuído os custos de produção e criado margem para uma maior geração de lucro. Isso explicaria por que essa prática histórica do pagamento de *royalties* de 10% do preço de capa está sendo revista nos contratos das edições digitais (nas quais os custos de produção são significativamente menores). Nesses novos contratos, a prática atual é estabelecer 25% do preço de capa como pagamento dos direitos autorais e a empresa Amazon propôs recentemente aumentar esse percentual para até 70% (Trachtenberg, 2010).

Seja qual for a origem histórica dos padrões atuais de repartição dos dividendos da exploração econômica da atividade editorial, o fato é que o discurso dominante ainda afirma que o empreendimento editorial é uma parceria simétrica entre autores e editoras. É em parte em função deste alegado interesse amalgamado que tentativas de ampliar os direitos de acesso do público são repelidas como um ataque "ao interesse dos autores".

O "interesse dos autores" é um elemento político relevante nas disputas sobre a determinação do "equilíbrio" do sistema de direito autoral. O direito autoral é provavelmente o instrumento jurídico mais importante na estruturação da cadeia produtiva do livro. É ele que medeia as duas relações fundamentais na produção, distribuição e consumo de uma obra: a relação entre autores e editores e a relação entre autores, editores e o público. De um lado, o instituto do direito autoral estabelece como serão organizados os contratos de direito autoral e, portanto, como serão repartidos os dividendos da exploração econômica das obras entre autores e editoras. De outro lado, as leis de direito autoral também estabelecem em que medida o público pode fazer livre uso das obras por meio do sistema de exceções (objetos não protegidos por direito autoral) e limitações (casos específicos nos quais uma obra pode ser utilizada sem autorização ou pagamento de *royalties*).

As leis de direito autoral são assim o instrumento jurídico que organiza a produção, distribuição e consumo das obras literárias. Embora estruture economicamente a cadeia produtiva com três atores principais (autores, editores e consumidores)¹, é a defesa do interesse dos autores o elemento político mais relevante para definir o desenho das leis de direito autoral. Isso porque, desde o princípio, o direito autoral foi concebido como um instrumento de estímulo aos autores que recebem um monopólio temporário de exploração econômica de suas obras de maneira a permitir ganhos extraordinários que incentivam a produção de mais obras.

Essa exploração econômica exclusiva, no entanto, não pode ser feita diretamente pelo autor, que não dispõe dos meios materiais e do conhecimento para produzir, distribuir e vender o livro. Ele então cede esse direito de exploração exclusiva para um intermediário (a editora) que explora a obra

¹ E, secundariamente, distribuidores e livreiros.

para ele. Assim, apesar de exercer a função central de mediação da relação autor-editor-consumidor, no discurso político o interesse da editora não aparece como um interesse separado. Apresentando-se como porta-voz dos interesses dos autores, a suposta relação simétrica e simbiótica entre autores e editoras autoriza que elas apresentem a defesa dos seus interesses imediatamente como a defesa do interesse dos autores.

Assim, por exemplo, no debate sobre a reforma da lei de direitos autorais no Brasil que pretende ampliar as limitações (situações nas quais as obras podem ser livremente copiadas, sem autorização ou pagamento de direitos autorais), representantes das editoras tem manifestado sua contrariedade por meio de uma defesa do direito *dos autores*:

Sem a segurança legal *do criador, do autor, do pesquisador, do artista* [ênfase nossa], sobre sua obra, os produtores culturais ficam desmotivados a publicar suas pesquisas e criações em livros. A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos – ABDR – defende a propriedade intelectual dos autores como peça fundamental para o mercado editorial e para a produção científica do país. (ABDR, 2010)

É partindo desse difundido pressuposto de que autores e editoras têm o mesmo interesse, fruto de uma relação simbiótica e simétrica, que queremos, nesta pesquisa, avaliar como são distribuídos no mercado editorial brasileiro os dividendos da atividade editorial entre autores e editoras. Dos dividendos advindos da exploração econômica das obras, quanto é direcionado aos autores por meio de *royalties* de direito autoral e quanto é direcionado às editoras na forma de lucro líquido? Essa divisão é equitativa e simétrica?

Em seguida – e de maneira complementar – buscamos avaliar se essa remuneração que os autores recebem na forma de direito autoral é relevante para a sua renda. Em outras palavras, buscamos descobrir se os autores dependem, do ponto de vista dos seus rendimentos, da receita de direito autoral dos livros que publicam e vendem. Os autores, cujos interesses devem fundamentalmente ser protegidos pelas leis de direito autoral, contam hoje com os *royalties* de direito autoral para se sustentar? Em que medida? A resposta para essa pergunta pode indicar de que maneira a ampliação dos direitos de acesso do público impacta efetivamente a renda dos autores.

Para responder às questões acima foram utilizados dois tipos de abordagens metodológicas. Em primeiro lugar, reunimos os dados da indústria do livro no Brasil para analisar como se dava a distribuição dos dividendos da atividade editorial: de um lado, o lucro líquido das editoras e, de outro, os direitos autorais pagos aos autores. Para isso, baseamo-nos em dados de faturamento da indústria recolhidos anualmente pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Com base nesses números, em um modelo desenvolvido anteriormente pelo BNDES para a cadeia produtiva do livro e com base em entrevistas de autores e editores estimamos o lucro líquido da indústria e o pagamento de direitos autorais aos autores no

conjunto da indústria e nos principais segmentos de mercado. Buscamos assim, com base em elementos empíricos, avaliar como é feita a distribuição de dividendos da atividade editorial entre autores e editores.

Em segundo lugar, verificamos de que maneira essa parte dos dividendos que era distribuída ao autor na forma de direitos autorais era relevante para a sua renda. Com respeito aos livros técnico-científicos e aos livros didáticos, já havíamos conseguido resultados parciais que nos permitiam pelo menos uma primeira abordagem do problema (GPOPAI, 2008, 2010). No caso dos livros técnico-científicos, verificou-se que até 86% dos autores brasileiros trabalhavam em regime de dedicação exclusiva em instituições públicas e que, portanto, tinham uma fonte estável e permanente de renda – em relação à qual o direito autoral seria apenas um complemento mais ou menos expressivo (GPOPAI, 2008). No caso do livro didático, entrevistas realizadas com editores e autores haviam indicado uma alta concentração das vendas em poucos títulos produzidos por poucas editoras e autores relativamente profissionalizados trabalhando para elas (GPOPAI, 2010). Faltava-nos entender como isso se dava no setor de obras literárias e "gerais"².

Assim, elaboramos uma amostra de escritores profissionais buscando uma diversidade que abarcasse tanto os autores de livros mais vendidos como os autores premiados nos principais concursos literários e os autores de livros resenhados em publicações especializadas. Com base nesta amostra, entrevistamos os autores buscando saber sua trajetória na literatura, a natureza dos seus contratos de direito autoral e que papel o direito autoral e outras atividades relacionadas à literatura desempenhavam na sua renda. Como o universo da amostra nos pareceu muito heterogêneo, propusemos uma tipologia com quatro perfis de autores, apresentados aqui como tipos ideais: os escritores que vivem de direito autoral; os escritores cujo direito autoral é fonte secundária de renda, complementada por outras atividades ligadas à literatura; os autores que vivem de rendimentos; e os autores cujos ganhos advêm de outras atividades profissionais (não literárias).

Os resultados que apresentamos aqui mostram que a repartição dos dividendos advindos da exploração comercial dos livros entre autores e editoras é bastante desigual; mostram também que os *royalties* de direito autoral desempenham papel significativo apenas para aqueles autores de livros de grande vendagem. As implicações para políticas de direito autoral são claras e apresentadas na conclusão deste estudo.

² Os escritores considerados nesta parte da pesquisa são apenas autores de romances, contos e crônicas.

2. Distribuição dos dividendos da atividade editorial entre autores e editoras

O mercado editorial é tradicionalmente dividido em quatro segmentos: os livros didáticos (voltados para o ensino fundamental e médio), os livros científicos, técnicos e profissionais (voltados para o ensino superior e práticas profissionais), os livros "gerais" (categoria que inclui obras de literatura, ensaio e "outras") e os livros religiosos. Além disso, o mercado também divide-se tradicionalmente em livros voltados para o mercado privado e aqueles voltados para as compras governamentais. Na tabela abaixo apresentamos a distribuição percentual de exemplares vendidos e faturamento das quatro partes do mercado, segundo o último levantamento realizado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) (publicado em 2009, mas relativo a 2008).

Tabela 1: Mercado brasileiro de livros: distribuição de exemplares vendidos e faturamento por segmento de mercado

Segmento de mercado	Exemplares	Faturamento
Didáticos	54,3%	53,4%
Gerais	23,2%	22,5%
Científicos, técnicos e profissionais	15,2%	9,8%
Religiosos	7,3%	14,3%
Total	100%	100%

Fonte: CBL, 2009

Com base nessas divisões tradicionais, propusemos um modelo simplificado que – de acordo com as entrevistas realizadas com autores, editores e livreiros, dados fornecidos pelo estudo da CBL/SNEL e pelo relatório do BNDES – aplica-se a boa parte dos livros desses gêneros e tipos de mercado. Basicamente, esse modelo simplificado busca estimar o pagamento de direito autoral e o lucro líquido das empresas. Detalhes da elaboração do modelo são apresentados abaixo.

Tabela 2: Comparação da remuneração típica de direitos autorais e a taxa de lucro estimada em relação ao preço de capa dos livros para cada segmento de mercado e cliente

Segmento de mercado e cliente	Pagamento típico de direito autoral (em relação ao preço de capa)	Taxa de lucro estimada (em relação ao preço de capa)
Didáticos: governo	5%	10%
Didáticos: mercado	5%	15%
Gerais: governo	5%	10%
Gerais; Científicos, Técnicos e Profissionais; Religiosos: mercado	10%	15%

Fontes: Earp; Kornis, 2005; GPOPAI, 2010; Entrevistas

No presente relatório, nossas estimativas sobre a distribuição dos dividendos derivados da exploração comercial dos livros entre autores e editores estarão baseadas apenas nos mercados de livros didáticos, técnico-científicos e literários. Embora não tenhamos investigado o mercado de

livros religiosos, para efeito das nossas estimativas supusemos que esses livros seguem a mesma regra de distribuição de direito autoral e lucro líquido dos demais livros "não-didáticos" voltados ao mercado privado.

Além de estimar a participação dos direitos autorais e dos lucros da editora no faturamento total do mercado editorial, a pesquisa realizada possibilitou uma maior compreensão em relação à remuneração dos direitos autorais, a diversidade dos contratos que são estabelecidos com os autores, além de fornecer diversas outras informações que permitiram uma abordagem mais ampla do problema.

Contratos e direitos autorais: a regra geral

A maioria das editoras e dos autores de obras literárias e "gerais" que entrevistamos afirmou que há uma regra geral que baliza a remuneração dos direitos autorais, essa regra equivale ao pagamento de dez por cento (10%) do preço de capa do livro para os autores. Em estudo anterior (GPOPAI, 2008), verificou-se que a mesma regra geral vale para o setor de livros técnicos, científicos e profissionais. Já para o setor de livros didáticos, a regra geral é remunerar a metade do valor pago aos outros setores citados acima, ou seja, no setor de didáticos a regra é pagar 5% do "preço de capa" do livro para os autores, com variações muito freqüentes, principalmente para baixo.

O preço de capa não deve ser tratado como um preço trivial. Em entrevista, o presidente de uma das editoras amostradas esclareceu que preço de capa é um preço estipulado pelas editoras para a obra "que leva em conta quanto se gastou em papel, quanto foi a produção, quanto foi o adiantado para o autor, o salário das pessoas envolvidas, uma sobra ou lucro [...] este é o cálculo financeiro do livro, que vai embutindo custos e uma sobra". Ou seja, o preço de capa é o preço pelo qual as editoras estimam que as livrarias oferecerão o livro ao consumidor final e não o preço pelo qual o livro é vendido pelas editoras às distribuidoras ou livrarias. Geralmente, o livreiro recebe o livro por um valor que varia entre 40% e 50% do preço de capa. Pode-se dizer, portanto, que remunerar o autor com base nos 10% sobre esse valor equivale, por exemplo, a 20% do preço pelo qual o livro é vendido pela editora a uma distribuidora (vide a Tabela 3 abaixo).

Tabela 3: Distribuição da receita da venda do livro entre os atores da cadeia produtiva (percentual em relação ao preço de capa)

Autor	Editora	Distribuidora	Livraria
10%	40%	10%	40%

Fonte: Earp; Kornis, 2005

A livraria e as editoras consultadas afirmaram também que há variações nos "preços de capa", ou preços finais do livro, com base na concorrência do mercado, mas que estas variações não

afetam a remuneração do autor, tendo em vista que o percentual relativo ao direito autoral, incide sobre o preço sugerido, que é fixo. Neste mesmo sentido, são as editoras que têm a responsabilidade de repassar aos autores os valores relativos aos direitos autorais.

Outros tipos de criadores

Com base nas entrevistas, verificou-se que é prática comum que as editoras proponham contratos de cessão de direitos autorais (sem a remuneração por exemplares vendidos) para os autores do setor de livros didáticos. Além disso, também normalmente assinam contratos de cessão de direitos outros tipos de criadores como tradutores, ilustradores, escritores de orelhas de livros, prefácios, entre outros. Todos esses criadores geralmente são pagos pelo trabalho apenas uma vez, e cedem os direitos autorais para a editora por tempo indeterminado. Em relação a essa regra existem exceções. Geralmente, elas acontecem no caso de tradutores de obras com grande vendagem ou obras em domínio público; neste caso a remuneração equivale à regra geral dos 10% sobre o preço de capa. Outra exceção foi verificada para o caso de ilustradores de livros didáticos e infantis, em que estes ficam com parte dos direitos autorais destinados ao autor, seguindo critérios variáveis.

Variações nos contratos

Existem outras variações e heterogeneidades em relação aos contratos de direitos autorais. A amplitude da variação verificada nas entrevistas é de 6% a 15% do "preço de capa" no caso das obras gerais e dos livros técnico-científicos e de 1 a 5% do preço de capa no caso dos livros didáticos.

A variação acima da média de 10% geralmente é explicada pelo peso do autor nas venda: quanto mais o autor vende ou quanto maior o seu prestígio, maior a sua força para negociar no contrato uma melhor remuneração relativa aos *royalties* de direito autoral. A variação abaixo da média também é explicada pelas editoras pela falta, nesse caso, de prestígio do autor, mas principalmente é explicada pelas vendas em outros canais de distribuição que não nos tradicionais, como nas livrarias. É o caso dos livros de bolso que são vendidos em bancas de jornal por preços relativamente mais baixos que a média dos livros padrão.

Também é o caso das compras governamentais de livros (geralmente didáticos); neste caso, as editoras procuram remunerar o autor não mais pelos usuais 10% ou 5% sobre o preço de capa e sim através de 10% ou 5% sobre o preço pelo qual o livro é efetivamente vendido para os governos, um preço geralmente inferior à metade do preço de capa (inferior, portanto, ao preço pelo qual seria vendido para as livrarias). A justificativa apresentada pelos editores para essa prática são os baixos preços impostos pelas compras públicas que diminuem a margem de retorno por unidade vendida.

Segmentos como os livros de auto-ajuda e, em especial, os livros didáticos, também levam à

diminuição das remunerações relativas aos direitos autorais. Segundo entrevista realizada com autores de livros didáticos, o pagamento de direitos autorais para os livros didáticos é bastante diverso, todavia, de maneira geral, significativamente inferior ao direito autoral pago nos outros segmentos do mercado editorial. Além de receberem um percentual do preço de capa menor, as editoras aplicam uma pirâmide de pagamento inversamente proporcional à tiragem (número de exemplares fabricados).

Nos livros do primeiro ciclo do ensino fundamental, que no Programa Nacional do Livro Didático (programa de compras governamentais) têm a maior tiragem, o pagamento de direitos autorais é o menor, chegando a apenas 1% do preço de capa. À medida que se chega aos outros ciclos de ensino (segundo ciclo do fundamental e ensino médio), a tiragem se reduz e o percentual do preço de capa pago como direito autoral vai subindo. Os autores dão duas hipóteses para esclarecer essa relação inversamente proporcional entre a tiragem e o pagamento de direitos autorais (quanto maior a primeira, menor o segundo e quanto menor a primeira, maior o segundo): ela pode ser explicada por uma maior competição no nível mais básico de ensino, onde a tiragem é maior e haveria mais disputa entre as empresas e, portanto, maior pressão para redução de custos (o direito autoral sendo considerado um custo); outra hipótese seria que o pagamento de direitos autorais reproduz a escala de pagamento dos professores na qual o ensino fundamental do primeiro ciclo paga significativamente menos aos professores do que no segundo ciclo e este menos do que no ensino médio. Seja qual for a explicação e apesar dessa variação, a remuneração de direito autoral típica para livros didáticos, de acordo com entrevista com autores, é de 5% do preço de capa.

Formas de pagamento dos direitos autorais

Encontraram-se duas formas de repasse dos *royalties* de direitos autorais das editoras aos autores: por meio de dinheiro ou por meio de exemplares. A tiragem e a quantidade de autores em uma mesma obra são as duas principais explicações para que existam variações neste caso. Quanto maior a tiragem e menor o número de autores, mais as editoras tendem a pagar os *royalties* em dinheiro. Inversamente, quanto menor a tiragem e maior o número de autores de uma mesma obra, mais as editoras tendem a pagar os *royalties* por meio de exemplares dos livros publicados, seja porque economizam com o repasse, seja por uma questão de custo do próprio repasse. Quando publicam coletâneas ou livros com muitos autores, por exemplo, as editoras afirmam que há um custo muito grande para repassar pequenas quantias a muitas pessoas de forma freqüente (semestralmente ou trimestralmente).

É prática comum das editoras também adiantar uma parte do repasse relativo aos direitos

autorais (geralmente metade da tiragem) para o autor. O restante é pago por meio de depósitos semestrais ou trimestrais relativos ao número de livros vendidos no período. Há casos extremos de "dívidas" de autores que nunca chegaram a vender metade da tiragem impressa e que receberam um adiantamento relativo a esta parcela.

Os responsáveis pelos repasses aos autores geralmente são as editoras. Um autor em específico reclamou da falta de transparência e mecanismos de controle sobre as vendas das editoras, não havendo qualquer iniciativa no que diz respeito à numeração dos livros ou outros meios que permitam aos autores efetivamente conhecer o volume de venda dos seus livros. As editoras não opinaram sobre a numeração ou outra forma de controle sobre o número de obras produzidas.

Duração dos contratos

Os contratos em todos os segmentos estudados duram em média de 5 a 7 anos, mas podem variar para mais, não houve casos de quem respondesse que duraria menos de 5 anos. Os contratos geralmente permitem à editora, no prazo estipulado, realizar quantas impressões e reimpressões ela quiser.

A tiragem padrão de um livro no segmento de obras gerais feita por uma grande editora é de três mil exemplares; as editoras justificaram este número por ser o mínimo de exemplares necessários para cobrir a distribuição em âmbito nacional. Para o caso dos livros técnico-científicos, a tiragem padrão é geralmente de um mil exemplares. Não há uma tiragem típica para o caso dos livros didáticos.

Sobre este assunto, é importante salientar que, segundo entrevistas realizadas com os autores, existem editoras que imprimem altas quantidades de livros ao final dos contratos e que realizam uma prática de redução dos preços quando um autor se muda para outra editora.

Um exemplo de remuneração dos autores

Para ilustrar os resultados obtidos, apresentamos um exemplo de uma publicação literária ideal. Supôs-se que esta publicação tem uma tiragem de três mil exemplares, um contrato de duração de cinco anos e que o livro é vendido pela editora a R\$ 20,00 e pela livraria a R\$ 40,00. Os direitos autorais recolhidos por livro são de R\$ 4,00 (10% do preço de capa) e a tiragem se esgota ao final do contrato. Presumiu-se também que o autor recebeu um adiantamento de 50% dos direitos relativos ao seu livro e que ele recebe de forma uniforme um pagamento trimestral relativo às vendas futuras durante cinco anos.

Tabela 4: Remuneração do autor e lucro da editora em uma edição literária típica

Tiragem	Preço de capa	Faturamento	Total pago como direitos autorais	Adiantamento ao autor	Parcelas trimestrais de direito autoral	Lucro da editora
3000 exemplares	R\$ 40,00	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00

Direitos autorais e lucro líquido como parcela do faturamento das editoras

Com base nas informações que descrevemos acima, elaboramos um modelo simples para tentar medir o quanto do faturamento das editoras é destinado a remunerar o investimento e quanto é destinado a remunerar os autores. Com base na pesquisa anual, realizada pela FIPE-USP, para os sindicatos do setor livreiro (CBL; SNEL, 2001-2009), utilizamos os dados sobre o faturamento do mercado editorial discriminado por segmento e por cliente (mercado ou governo); no estudo da cadeia produtiva do livro realizado pelo BNDES (Earp; Kornis, 2005), utilizamos a regra para a distribuição média do preço de capa de um livro entre os atores da cadeia produtiva do livro; e com base nas entrevistas que realizamos com autores e editoras, produzimos uma estimativa básica do recolhimento dos direitos autorais e dos lucros das editoras para cinco anos do mercado editorial, de 2004 a 2008 (Tabela 5).

As hipóteses do modelo são as seguintes. Com base nas entrevistas e na pesquisa do BNDES, supôs-se que o faturamento anual das editoras representa metade do faturamento da indústria do livro como um todo (que abrange o faturamento de distribuidoras e livrarias). A exceção para essa regra são as compras públicas de livros, caso em que o faturamento das editoras coincide com o faturamento da indústria como um todo.

Portanto, em relação ao direito autoral, atribuiu-se que 20% dos valores sobre o faturamento das editoras em relação às vendas para o mercado eram transferidos aos autores como direitos autorais, ou seja, 10% sobre o "preço de capa". Sobre o faturamento das editoras em relação às vendas para o governo, atribui-se que 10% dos valores totais eram relativos ao pagamento de direitos autorais. Somente para o caso dos livros didáticos, por conta das entrevistas realizadas, atribuiu-se um valor menor para o repasse, 10% sobre o faturamento das vendas ao mercado (ou seja, 5% sobre o preço de capa) e 5% sobre o faturamento das vendas ao governo.

No tocante à estimativa do lucro líquido das editoras, sob a mesma suposição de que o faturamento anual total das editoras representava metade do faturamento da indústria como um todo, com exceção da parte do faturamento relativo às compras públicas de livros, aplicou-se apenas a regra de bolso construída pelo BNDES em seu estudo, ou seja, o lucro líquido seria 30% do faturamento das vendas feitas ao mercado (15% do preço de capa) e 10% do faturamento das vendas feitas ao governo (ou 10% do preço líquido).

Na Tabela 5, abaixo, comparamos a estimativa de remuneração de direitos autorais paga aos autores e a estimativa de lucro líquido das editoras para os anos de 2004 a 2008. Nesta tabela também comparamos a nossa estimativa de *royalties* pagos com os valores declarados como pagos à pesquisa da FIPE.

Tabela 5: Comparação entre a estimativa de remuneração de direitos autorais paga aos autores e a estimativa de lucro líquido das editoras: 2004-2008 (valores em milhares de reais)

	2008	2007	2006	2005	2004
Direito autoral estimado	R\$ 437.867,20	R\$ 398.962,40	R\$ 427.233,30	R\$ 356.221,60	R\$ 338.657,60
Direito autoral FIPE	n.d.	n.d.	R\$ 223.142,10	R\$ 210.252,80	R\$ 200.609,90
Lucro estimado	R\$ 817.917,00	R\$ 758.656,10	R\$ 781.295,90	R\$ 682.061,20	R\$ 637.289,10
Desvio para o direito autoral entre nossa estimativa e FIPE	n.d.	n.d.	91%	69%	69%
Lucro estimado/ direito autoral estimado	187%	190%	183%	191%	188%
Lucro estimado/ direito autoral FIPE	n.d.	n.d.	350%	324%	318%

Os nossos resultados são, no mínimo, controversos em comparação com o estudo da FIPE. O montante total relativo ao pagamento de direito autoral encontrado na pesquisa da FIPE (2007) para os anos de 2004 a 2006 são 69% a 91% menores que o montante apontado pela nossa estimativa. Explicações para essas discrepâncias são diversas, explicitar-se-ão algumas.

Inicialmente, como primeira hipótese, podemos assumir que uma parte desta discrepância seguramente deve-se ao fato de que uma parte dos livros publicados estarem em domínio público e, portanto, não terem direito autoral a ser pago. Embora não haja estimativas sobre a participação dos livros em domínio público em relação ao total de livros publicados, eles provavelmente não correspondem à metade da produção editorial brasileira. Há assim que explicar porque há tamanha discrepância entre nossa estimativa de pagamento de direitos autorais e o que o levantamento da FIPE indica como direito autoral efetivamente pago.

Como uma segunda hipótese, podemos supor que os dados sobre direitos autorais que a FIPE coletou das editoras estejam errados, mas essa hipótese não é passível de verificação. No entanto, mais de um ator do meio editorial que entrevistamos demonstrou profundo ceticismo sobre a precisão dos dados fornecidos pelas editoras à FIPE.

Uma terceira hipótese que explicaria essa discrepância entre os dados pode ser a não consideração, nos dados da FIPE, dos livros entregues como contrapartida aos direitos

autorais (prática comum nos livros técnico-científicos e em coletâneas de "obras gerais"), ou seja, as editoras podem não ter contabilizado para a FIPE os exemplares que os autores receberam como recolhimento de direitos autorais.

A quarta e última hipótese é a de que as editoras não recolhem a totalidade dos direitos autorais aos autores. Consideramos essa hipótese em virtude de suspeitas levantadas pelos autores entrevistados e pela ausência de um sistema efetivo de auditoria, como a numeração de livros. É possível que a discrepância se explique por uma combinação de todos esses fatores.

Seja como for, acreditamos que o modelo que desenvolvemos contribui com os estudos que já existem na literatura sobre o mercado editorial brasileiro e é suficiente para estimar o direito autoral recolhido (ou que deveria ter sido recolhido). Na verdade, se tomarmos os números apontados pela FIPE como direito autoral efetivamente pago, a desproporção com o lucro estimado das editoras e o direito autoral é ainda maior. Assim, o resultado do nosso modelo mostra que, em linhas gerais, **de cada três reais recolhidos como receita líquida pela venda de livros, dois reais são lucro da editora e apenas um real é direito autoral pago aos autores**. Tenha ou não existido historicamente um modelo original de repartição equânime das receitas advindas da venda do livro entre editor e autor, tal distribuição hoje é bastante desigual.

O caso da empresa Saraiva S.A. Livreiros e Editores.

Uma última objeção pode ser feita em relação ao montante dos lucros encontrados pelo modelo desenvolvido aqui, já que nos apoiamos inteiramente no modelo do BNDES que é muito geral. Para controlar esta variável realizou-se o mesmo exercício para o caso da empresa Saraiva S.A. Livreiros e Editores com base no modelo descrito acima, pois a empresa é a única editora grande que publica seus balanços contábeis por ter ações negociadas em bolsa de valores. O relatório contábil da empresa possibilitou estruturar um modelo mais acurado para verificar o caso dos lucros. No balanço desta empresa é possível encontrar dados sobre o faturamento total da editora, o faturamento relativo às vendas para o governo e para o mercado, bem como o faturamento relativo às vendas de livros didáticos. O faturamento relativo às vendas de livros didáticos para o mercado e para o governo pôde ser calculado como resíduo, já que temos o faturamento total relativo à venda de livros pela editora. Os dados podem ser analisados na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6: Direitos autorais pagos e lucro líquido da Editora Saraiva: 2005-2008 (em milhares de reais)

Ano	2008	2007	2006	2005
Direito autoral estimado	R\$ 41.438,40	R\$ 23.685,00	R\$ 23.685,00	R\$ 21.218,10
Lucro estimado	R\$ 77.355,10	R\$ 68.819,50	R\$ 58.671,00	R\$ 58.804,80
Lucro real	R\$ 72.033,00	R\$ 69.836,00	R\$ 46.469,00	R\$ 40.025,00
Desvio	7%	-1%	21%	32%
Lucro estimado/ direito autoral	187%	291%	248%	277%
Lucro real/ direito autoral	174%	295%	196%	189%

Verificou-se que o lucro líquido declarado pela Saraiva, principalmente os valores dos últimos dois anos apresentados no balanço social, são muito próximos dos valores estimados, com um desvio de 7% e -1% respectivamente para os anos de 2008 e 2007. Tomamos isso como bom indício da precisão do nosso modelo.

3. Participação dos *royalties* de direito autoral na renda dos autores

Embora existam alguns trabalhos empíricos sobre o segmento livreiro no Brasil (Earp; Kornis, 2005; CBL/SNEL 2001-2009), as metodologias utilizadas privilegiam unicamente a abordagem quantitativa contendo, por exemplo, números agregados sobre a quantidade de exemplares vendidos por segmento ou cliente. Um dos objetivos desta parte da pesquisa foi fazer uma análise qualitativa do mercado de livros literários ou "gerais", que nos permitisse conhecer com maior profundidade o papel que os *royalties* de direito autoral desempenham na renda dos autores. Para isso, realizamos entrevistas semi-estruturadas com autores e editores de especial relevância no Brasil (vide em anexo Questionários dos Autores e Editores³). Nas entrevistas com os autores foram abordados tópicos como a formação do escritor, suas práticas de publicação literária, a sua estrutura de renda, o papel do direito autoral e o impacto das cópias reprográficas e da Internet em sua produção. Já nas entrevistas com os editores brasileiros foram solicitadas informações sobre a formação do entrevistado, a produção e a distribuição do livro, o direito autoral e o impacto da Internet para o setor.

Os autores e editores entrevistados foram selecionados a partir de um banco de obras elaborado com base em duas amostras: uma contendo as obras de maior sucesso comercial (livros mais vendidos) e outra com as obras de maior relevância cultural (livros resenhados, premiados e selecionados por editais de fomento). Dessa forma, utilizou-se:

- a) Para medir o sucesso comercial: a lista semanal de livros **mais vendidos** de 2004 a 2008, divulgados no *ranking* realizado pela Revista Veja, da Editora Abril. Essa fonte foi escolhida por ser o único *ranking* nacional sobre a venda de livros em publicação semanal.
- b) Para medir a relevância cultural: os livros **resenhados** de 2004 a 2008 pela Revista Bravo, publicação mensal brasileira da Editora Abril, escolhida por ser a única revista nacional do segmento de Artes e Cultura em geral. Além disso, utilizamos os livros **premiados** nos últimos cinco anos pelas seguintes instituições:
 - Prêmio Jabuti nas categorias Romances, Contos e Crônicas (realizado pela CBL);
 - Prêmio Portugal Telecom;
 - Prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), na categoria Romance;
 - Prêmio Biblioteca Nacional (BN) nas categorias Romance e Conto (dos anos 2005 e 2008 – os únicos disponíveis);

Além disso, foram selecionados os livros contemplados pelos seguintes **editais de fomento** à publicação de obras literárias:

³ Apesar do universo amplo dos questionários elaborados pela pesquisa para o presente relatório foram utilizadas apenas as perguntas referentes à distribuição da renda e às questões ligadas ao direito autoral.

- Programa Petrobras Cultural de Criação Literária (dos anos 2006 e 2007 – os únicos disponíveis);
- Concurso de Apoio a projetos de difusão da literatura e edição pelo autor de obra literária (PAC n. 07/2007) nas categorias Romances e Contos;
- Concurso de edição de livro pelo escritor (PAC n. 26/2006) nas categorias Romances e Contos;
- Apoio a Bolsa de Incentivo à Criação Literária (PAC n. 12/2006);
- Revelação de Autor Inédito (PAC n. 11/2006).

A partir desses critérios geramos uma lista relacionando todos os autores brasileiros cadastrados no banco de obras com as suas respectivas editoras. Dessa relação foi retirada uma segunda lista composta por trinta (30) autores e suas respectivas dezesseis (16) editoras, com base nos seguintes critérios:

- 1) Todos os autores que estavam na intersecção entre as amostras de mais vendidos/resenhados; resenhados/premiados e ganhadores dos editais de fomento; mais vendidos/premiados e editais de fomento; mais vendidos/resenhados/premiados e editais de fomento (18 escritores);
- 2) Autores com mais livros entre os mais vendidos (4);
- 3) Sorteio dentro da totalidade da amostra por ajuste proporcional por gênero e região (8).

Dessa forma, manteve-se a proporção real entre os autores na amostra: 80% dos escritores brasileiros da amostra pertencem ao gênero masculino e 20% são do sexo feminino. Cuidamos também para que as diferentes regiões do Brasil estivessem representadas na pesquisa: 56% dos escritores nasceram na região Sudeste; 25% vieram do Sul do país; 11% são provenientes do Nordeste; a região Norte apresenta 2% dos escritores da amostra e o Centro-Oeste aparece com apenas 1% entre os autores representados. Assim, chegamos aos trinta (30) autores selecionados entre os mais vendidos, resenhados, premiados e ganhadores dos editais de fomento. Incluindo o ajuste proporcional por gênero e região construímos a tabela abaixo:

Tabela 7: Amostra de autores e editoras utilizados na pesquisa

Número	Autor(a)	Gênero	Região	Editora 1	Editora 2	Editora 3	Editora 4
1	Milton Hatoum	Masc.	Norte	Companhia das Letras			
2	Alberto Mussa	Masc.	Sudeste	Record			
3	Daniel Galera	Masc.	Sudeste	Companhia das Letras			
4	Nelson de Oliveira	Masc.	Sudeste	Baleia			
5	Bernardo Carvalho	Masc.	Sudeste	Companhia das Letras			
6	Luiz Ruffato	Masc.	Sudeste	Record			
7	Moacyr Scliar	Masc.	Sul	Record	Companhia das Letras	Editora Leitura	Global
8	Marçal Aquino	Masc.	Sudeste	Companhia das Letras	Cosac Naify		
9	Sérgio Sant'Anna	Masc.	Sudeste	Companhia das Letras			
10	Dalton Trevisan	Masc.	Sul	Record			
11	Cristóvão Tezza	Masc.	Sul	Record	Rocco		
12	João Gilberto Noll	Masc.	Sul	W11	Francis		
13	Lygia Fagundes Telles	Fem.	Sudeste	Rocco			
14	Carlos Heitor Cony	Masc.	Sudeste	Objetiva			
15	Mario Sabino	Masc.	Sudeste	Record			
16	Rubem Fonseca	Masc.	Sudeste	Companhia das Letras			
17	Tony Bellotto	Masc.	Sudeste	Companhia das Letras			
18	Lya Luft	Fem.	Sul	Record			
19	Augusto Cury	Masc.	Sudeste	Sextante	Academia da Inteligência		
20	Luís Fernando Veríssimo	Masc.	Sul	Objetiva			
21	Orlando Paes Filho	Masc.	Sudeste	Planeta			
22	Paulo Coelho	Masc.	Sudeste	Planeta			
23	Márcio Souza	Masc.	Norte	Record			
24	Joca Reiners Terron	Masc.	Centro-Oeste	Casa da Palavra	Planeta		
25	Marcelino Freire	Masc.	Nordeste	Record			
26	Fernando Monteiro	Masc.	Nordeste	Francis			
27	Sônia Coutinho	Fem.	Nordeste	7 Letras			
28	Nelida Piñon	Fem.	Sudeste	Record			
29	Beatriz Bracher	Fem.	Sudeste	Editora 34			
30	Cláudia Tajes	Fem.	Sul	Ediouro			

Elaboração: GPOPAI

Conforme mencionamos, por meio da amostra de autores foi elaborada a amostra de editoras

a serem entrevistadas. Foram selecionadas assim as dezesseis editoras ligadas aos autores da amostra:

Tabela 8: Amostra de editoras

Número	Editora	Títulos Resenhados	Títulos Mais Vendidos
1	Record / Bertrand Brasil	52	3
2	Companhia das Letras	30	7
3	Alfaguara / Objetiva	13	6
4	Rocco	13	0
5	Planeta / Arx Jovem / Academia de Inteligência	8	5
6	Ediouro / Agir	10	2
7	Cosac Naify	8	0
8	Global	5	0
9	7 Letras	4	0
10	Editora 34	4	0
11	Francis	2	0
12	Baleia	1	0
13	Editora Leitura	1	0
14	Casa da Palavra	1	0
15	W11	1	0
16	Sextante	0	1

Elaboração: GPOPAI

Todos os autores e editoras que compõem esta amostra foram contatados, no entanto, apenas dezenove autores e quatro editoras responderam ao nosso questionário. Uma grande livraria também participou da pesquisa. Por motivos de confidencialidade não iremos divulgar os nomes dos entrevistados, apenas o universo geral da amostra (conforme apresentado acima).

Para analisar a participação dos *royalties* de direito autoral na renda dos escritores brasileiros (na categoria: romances, contos e crônicas) que foram selecionados e entrevistados, foi necessário construir uma tipologia de escritores. Nesse sentido, identificamos quatro casos típicos entre os autores entrevistados: escritores cujo direito autoral é a principal fonte de renda (tipo 1), escritores cujo direito autoral é fonte secundária da renda (tipo 2), escritores que vivem de rendimentos (tipo 3) e escritores que vivem de outras atividades não relacionadas à literatura (tipo 4). Na Tabela 9, abaixo, vemos como se estrutura a renda dos escritores que entrevistamos de acordo com a nossa tipologia. Nela, vemos que a remuneração por direito autoral é muito relevante para os escritores estabelecidos com livros de grande vendagem (contribuindo em média com 57% da renda). Para os demais escritores, os *royalties* não são tão relevantes, contribuindo com 4% a 21% da renda.

Tabela 9: Composição da renda dos escritores entrevistados, divididos por tipos⁴

	Tipo 1 (Escritores que "vivem de direito autoral")	Tipo 2 (Escritores que vivem "de atividades literárias")	Tipo 3 (Escritores que "vivem de renda")	Tipo 4 (Escritores que "não vivem de literatura")
Royalties de direito autoral	57,5%	20,6%	10,1%	3,8%
Atividades relacionadas à literatura	7,5%	62,4%	0,2%	6,3%
Atividades não relacionadas à literatura	12,5%	18,4%	0%	90%
Rendimentos (capitalizações/ propriedades/ aposentadoria)	15%	0%	89,8%	0%

Elaboração: GPOPAI

Tipo 1: Escritores cujo direito autoral é a principal fonte de renda

No primeiro caso, encontram-se os escritores mais vendidos, resenhados e premiados. A primeira publicação desses autores foi feita há mais de quarenta anos, eles apresentam, em média, 33 obras publicadas, o que indica tratar-se de escritores que possuem obra consolidada e extensa no mercado editorial brasileiro. Todos os escritores entrevistados que compõem o tipo 1 afirmaram ter "contratos preferenciais" com grandes editoras e, no entanto, mantêm seus livros em diversas editoras: a média do número de editoras com que cada um desses autores trabalha é de 12.

Nesta categoria específica de escritores, apenas um não aparece entre os mais vendidos durante o período contemplado pela pesquisa. Entre os mais vendidos foi encontrado um caso de escritor que não obteve prêmios nem resenhas nos veículos que monitoramos durante o período analisado pela pesquisa – no entanto, manteve-se com elevado índice de vendas. O aparente pouco impacto dos prêmios e das resenhas sobre as vendas foi destacado por alguns escritores durante as entrevistas: "Tem resenhas que são altamente negativas e não atrapalham em nada as vendas. Tem as positivas também que não ajudam as vendas. [...] O melhor fator de venda é o boca a boca". Outro autor acrescenta: "o maior propagandista é ainda o leitor."

Entre os escritores que compõem o tipo 1, metade são membros da Academia Brasileira de Letras. A Academia tem grande importância na configuração da renda de seus membros, como um dos escritores entrevistados pela pesquisa relata: "Eu ganho mais pela Academia do que pela minha

⁴ A soma da participação dos elementos direito autoral, atividades relacionadas à literatura, atividades não relacionadas ao trabalho literário e rendimentos não soma sempre 100%, pois a estimativa fornecida pelos autores não foi precisa.

aposentadoria [...] É bem mais substancial." O salário de um membro da Academia é constituído pelo valor de R\$ 3.000,00 (chamado de "representação") recebido por todos e pelos jetons por presença nas sessões às quintas (R\$ 1.000,00) e nas palestras às terças (R\$ 500,00), podendo chegar ao valor de R\$ 9.000,00 (Victor, 2010). Membros da Academia Brasileira de Letras só foram encontrados pela pesquisa entre os autores de tipo 1.

A participação do direito autoral na renda desses escritores é elevada, variando de 30 a 100%, o que pode ser explicado pelas altas vendagens. Esses são os únicos escritores que afirmam poder "viver de literatura". Contudo, a maioria ressalta que apesar do direito autoral representar uma parcela fundamental da composição dos seus rendimentos, eles dependem ainda de outras atividades não necessariamente relacionadas à escrita literária, tais como: pagamentos por colaborações à imprensa, aposentadorias, salários e jetons pagos pela Academia Brasileira de Letras, entre outros. Na composição da renda desses autores destacam-se também as atividades de performance (palestras, aulas, *workshops*, participações em eventos e feiras literárias etc.). A constituição da renda desse tipo de autor pode ser bem exemplificada pela afirmação de um dos entrevistados:

Difícilmente há autor que viva exclusivamente de direito autoral. A atividade do escritor inclui hoje palestras, viagens... o que daria para viver, dependendo do padrão de vida. Eu, por exemplo, poderia viver perfeitamente disso, mas eu tenho um padrão de vida alto. Então, a minha renda não se limita a direitos autorais, mas é importante o direito autoral. Se eu tivesse um padrão de vida baixo, modesto, daria perfeitamente para viver.

Tipo 2: Escritores cujo direito autoral é fonte secundária da renda

Esta tipologia engloba escritores resenhados e mais premiados cuja participação dos direitos autorais, recolhidos tanto na venda de livros como na adaptação de obras para os meios cinematográfico, televisivo ou teatral, não constituem a principal fonte de renda (a participação média é de 20,57%, podendo chegar a 30%). Entre os entrevistados, seis autores foram classificados nessa tipologia.

Os escritores do tipo 2 caracterizam-se por terem a maior parte de seu ganho em atividades que estão relacionadas indiretamente com a sua própria literatura, como a participação em atividades de performance (palestras, aulas, entre outros) ou a tradução de obras estrangeiras. Um dos entrevistados ilustrou bem as características desse tipo:

O meu caso não é esse, minha renda vem exclusivamente de literatura. [...]. No meu caso, que vivo exclusivamente de literatura há seis anos e meio, quase sete anos, direitos autorais é o mínimo, uma parcela minúscula, o grosso mesmo vem de palestras, de participação em festival literário, em projetos editoriais, eventualmente em uma venda que se faz para o exterior.

Sua presença no mercado editorial é relativamente recente (se comparada ao tipo 1, por

exemplo), tendo em média doze anos no mercado (variando de dois a quinze anos). São autores quase sempre com formação universitária ligada à escrita ou às artes, lançando uma obra inédita em média a cada dois anos. São resenhados pela crítica especializada e a maioria já recebeu algum prêmio literário reconhecido. Apesar de já estabelecidos com editoras renomadas e de grande porte, esses autores já passaram por editoras menores e têm o conjunto das suas publicações lançadas em média por três editoras.

Em entrevista com os autores da amostra fica clara a importância de atividades de performance para esses autores, como a execução de cursos e palestras, a participação em mesas de debates e festivais literários, a realização de leituras e a composição de júri para a avaliação de concursos, prêmios e editais. Em pelo menos dois casos, a remuneração pelo exercício dessas atividades alcança de 60% a 70% do rendimento anual dos escritores. Além do ganho monetário, um dos autores entrevistados pontuou que a presença em eventos serve também como publicidade para sua obra e permite um contato mais próximo com possíveis leitores, o que garante de alguma maneira um retorno através do direito autoral ou de convites para outros eventos. Este mesmo escritor conclui reconhecendo que o trabalho do autor contemporâneo não é apenas o de escrever, mas também de divulgar aquilo que escreve:

O que me sustenta hoje são as aulas, palestras, oficinas de literatura, curadoria de eventos, sou convidado muitas vezes para fazer curadoria de eventos [...], também têm as antologias e artigos (...) Vivo da repercussão dos meus livros.

Outra atividade que destacou-se como fonte de renda entre os entrevistados classificados no tipo 2 foram os trabalhos ligados à atividade editorial-literária, como a tradução e a produção de materiais editoriais, como ressaltou um dos entrevistados:

Minhas principais fontes de renda são a tradução e trabalhos *freelance* na área editorial e jornalística, desde aparatos de livros até resenhas e artigos em publicações culturais. Eventualmente trabalho para cinemas e produtoras de vídeo, escrevendo argumentos e roteiros. E há a renda proporcionada por participações em eventos e palestras, prêmios remunerados e venda de direitos autorais para meios audiovisuais.

A tradução obteve destaque entre alguns autores deste tipo, com os rendimentos desta atividade compreendendo de 40% a 50% da renda anual de três deles. A tradução de que se ocupam é principalmente aquela de obras literárias. Contudo, os autores têm opiniões divergentes quanto à natureza do trabalho de tradução: alguns distinguindo claramente essa atividade da atividade propriamente literária, outros relacionando essa atividade com sua própria produção.

A atividade que engloba trabalhos ligados à produção literária que não a sua própria, como textos para prefácios, posfácios, orelhas, organização de coleções, revisão de textos, resumos, pareceres de originais, etc. foi denominada de produção de material editorial, e este tipo de atividade tem algum destaque na renda desses autores. É nesse tipo de atividade que ficam claras as

relações que esses escritores mantêm com outras editoras que não necessariamente àquelas com as quais publicam sua própria obra. Além disso, muitos desses autores contribuem como colunistas ou com textos encomendados para jornais e revistas. Essas atividades representam uma parcela relevante da renda desse tipo de autor, chegando a responder por 44% e 60% do ganho anual de dois deles.

Apesar do fato da maioria dos autores da amostra (seis dos entrevistados) ter obras premiadas, eles não consideram esses prêmios literários como fonte importante de renda, explicando que são poucos os prêmios que oferecem algum valor monetário ou que o valor premiado não apresenta grande relevância se considerada a renda anual. Além disso, a eventualidade da premiação não permite que ela seja considerada dentro da renda de outros anos além daquele em que se ganhou. Esses autores atribuem aos prêmios um ganho de visibilidade no mercado, o que julgam ter efeitos positivos sobre as atividades ligadas indiretamente à literatura.

Os autores que compõem esse tipo concordam de maneira quase unânime que conseguem viver de literatura, porém não apenas de sua literatura autoral, o que se observa claramente quando analisamos o tipo como um todo. A renda desses escritores se encontra dividida quase equitativamente entre as diferentes fontes que estão ligadas com sua produção literária, o direito autoral, ou indiretamente, atividades de performance (como palestras), traduções e outras produções jornalísticas e editoriais. Esses escritores afirmam "viver de literatura", contudo reconhecem que não vivem da sua produção literária propriamente dita.

Tipo 3: Escritores que vivem de rendimentos

O tipo dos escritores que vivem de rendimentos é, na verdade, um tipo composto por dois grupos que têm em comum o fato de sua atividade literária atual não estar constrangida pelas necessidades materiais: tratam-se, por um lado, dos escritores que vivem de capitalizações (propriedade fundiária, títulos, ações, etc.), normalmente fruto de herança e, por outro, os escritores que vivem de aposentadoria. Embora ambos tenham atualmente essa condição comum de independência econômica, eles têm perfis diferentes já que os primeiros sempre tiveram essa condição, ao passo que os segundos só a conquistaram no final da vida.

Subtipo A: Escritores que vivem de capitalização

Fazem parte deste grupo os autores em que cerca de 90% da renda provém de rendimentos de aplicações financeiras ou de patrimônio adquirido por herança. Esses escritores entendem de maneira muito clara a sua condição social particular – como diz um deles:

Eu tenho um dinheiro de família, [...] fiquei com um dinheiro razoável que eu aplico e vivo do rendimento das aplicações. Então, eu não vivo do fruto do meu trabalho. Eu vivo de um dinheiro que recebi.

Para os escritores que receberam herança, a participação dos direitos autorais na renda é irrelevante, não passando de 0,5% da sua renda total. As atividades complementares tais como: palestras, oficinas, participação como jurado de concursos literários também são desprezíveis representando em média apenas 0,25% da renda.

O escritor deste subtipo tem uma carreira consolidada, do ponto de vista do prestígio literário, embora profissionalmente incerta do ponto de vista econômico. Ele publica hoje em uma grande editora ou em uma editora de porte médio, mas de prestígio. A sua produção literária é de um livro a cada dois ou três anos e teve seus livros resenhados por periódicos especializados, podendo já ter ganhado um ou mais prêmios literários de relevância nacional.

Chama a atenção o fato de que todos os autores deste tipo que foram entrevistados financiaram com dinheiro próprio parte ou a totalidade da publicação do seu primeiro livro. No entanto, segundo as suas próprias declarações, nenhum desses primeiros livros parece ter representado um "sucesso de vendas" ou ter obtido um impacto significativo na cena literária.

Esses escritores são economicamente independentes do trabalho literário no sentido em que o sucesso ou o fracasso de seus livros, junto ao público, não afeta diretamente a sua renda. Isso, no entanto, não quer dizer que eles não queiram vender, já que buscam obter legitimidade como escritores alcançando um grande público e lançando livros por uma grande editora. Um desses escritores descreve assim a sua situação:

Depois disso [das primeiras publicações], eu tive muita dificuldade em publicar o terceiro livro. Porque os meus dois primeiros livros, o primeiro de 1997, o outro de 1999, não tiveram quase nenhuma repercussão. Nem na imprensa, nem em lugar nenhum. [...] O primeiro, vendeu um pouco porque foi adotado num colégio, [...] [depois] vendeu um pouco mais, fizeram uma segunda edição, ou melhor, uma segunda tiragem. [O segundo livro] não vendeu, não teve repercussão nenhuma, ele começou a vender muito depois, quando saiu uma segunda edição na editora, ele começou a vender.

Os autores desse subtipo também colocam que é graças a essa estabilidade financeira, obtida de seus rendimentos financeiros, que se dedicam à literatura e em especial às experimentações no campo literário, já que não dependem diretamente do mercado editorial para se sustentar.

Subtipo B: Escritores que recebem aposentadoria

Ao contrário do escritor do subtipo A, o escritor que vive de aposentadoria tem uma condição de independência econômica recente – mas que afeta atualmente a sua produção literária. Esse escritor tipicamente recebe uma aposentadoria do Estado e, embora tenha trabalhado ao longo de sua vida em outra profissão, hoje de 70% a 90% de sua renda vem desta fonte. O direito autoral representa para ele um papel pequeno, mas digno de nota, ocupando cerca de 20% da sua renda enquanto outras atividades literárias como palestras ou a participação em júri de concursos não são

relevantes.

Como tem idade acima de 60 anos, a produção literária do escritor aposentado é mais extensa, tendo em média 18 títulos publicados nos últimos 40 anos. Ele é um autor que publica numa grande editora e tem uma carreira estabelecida na literatura, com muitos livros resenhados e alguns prêmios literários. Ressalta-se que embora a sua produção seja extensa e reconhecida, os recursos provenientes do direito autoral nem por isso se tornaram relevantes.

Tanto os escritores que vivem de rendimentos quanto os que vivem de aposentadoria fazem questão de ressaltar que a sua condição é muito particular. Eles lembram que, para seus colegas que não vivem de renda e que não estão nas listas de mais vendidos, as atividades complementares como palestras, oficinas, concursos e contos publicados em periódicos possuem maior peso econômico do que o montante que a editora paga ao autor seja na forma de adiantamento, seja como repasse de direito autoral segundo o número de exemplares vendidos:

Se eu abstrair o meu caso particular, o mais importante são as atividades paralelas, como essas palestras, aulas, convites que você recebe para ir aos congressos para falar. O direito autoral, falando de um escritor com o perfil como o meu, de literatura considerada uma literatura "não-popular" [...], pelo que eu vejo dos meus colegas, e o que eu conheço da vida deles, eu sinto que é muito mais importante as atividades paralelas. [...] Eu acho que as boas premiações e as atividades paralelas são mais importantes que o direito autoral.

Tipo 4: Escritores que vivem de outras atividades não relacionadas à literatura

Os escritores deste tipo são aqueles que possuem outra profissão que não está diretamente relacionada à literatura como, por exemplo, os publicitários, roteiristas, editores ou qualquer outro tipo de trabalhador assalariado. Ao contrário daqueles que se dedicam exclusivamente à literatura ou dos que vivem de renda, estes dedicam boa parte de seu tempo a um trabalho que está marginalmente relacionado à atividade de escrita literária. Por isso, eles têm apenas o tempo livre para se dedicar à literatura no sentido estrito.

Os autores deste tipo são relativamente jovens, com idade média de 35 anos e começaram a publicar, em sua maioria, nos anos 2000, lançando um livro a cada ano ou dois. Eles publicam em editoras grandes, na maioria, mas podem publicar por uma editora independente também. Embora, em relação aos outros tipos, esses escritores estejam no começo da carreira, com uma média de seis livros publicados, pelo menos um deles já recebeu prêmios literários importantes.

Para os autores desse tipo, a participação dos direitos autorais na renda é muito pequena, representando, em média, 3,5% dela. Nenhum dos escritores entrevistados do tipo 4 acredita que é possível "viver de literatura", no sentido do dinheiro que se ganha para escrever ficção ou dos direitos autorais que esta atividade gera. As atividades complementares, tais como palestras e oficinas, também representam pouco: apenas 6,25% da sua renda. É interessante notar que um dos

motivos alegados por um autor deste tipo para a baixa representatividade de atividades literárias em sua renda é a falta de tempo para aceitar convites para cursos, palestras etc., já que é funcionário contratado e o trabalho fixo e assalariado ocupa a maior parte do seu dia. Um deles relata assim a sua condição:

Então se você pensar, hoje, a renda do escritor, pensando até [...] nas novas gerações, eles estão vivendo dessa combinação, desse mix de palestras, livros (porque você acaba ganhando algum direito autoral), mas veja, é pouco. Pouco e irregular, não é uma coisa que você tem todo mês, então na verdade não dá pra viver de direito autoral. A não ser que você tenha vendas altas. Imagino que não seja o caso de 90% dos escritores que eu conheço, não são [autores de] *best-sellers*, não vivem de literatura. Então, eles combinam isso com palestras, com trabalhos, etc. Pessoalmente eu estou fora disso, eu acabo dando palestras, etc., mas em menor escala, porque eu tenho um trabalho fixo nesse momento.

Mesmo com a baixa participação de atividades ligadas à literatura, esses autores alegam que recebem alguns recursos provenientes de uma combinação de atividades, como reportagens e contos que vendem para periódicos, ou roteiros que fazem para a televisão ou cinema, além do trabalho principal ao qual se dedicam. Um deles descreve da seguinte forma a diversidade de suas fontes de renda:

Por ser uma escritora publicada, sou convidada para eventos, e para isso me pagam passagens de avião e hospedagem, também sou chamada para dar oficinas e cursos remunerados, além disso, tenho um trabalho assalariado.

4. Conclusão

Este trabalho partiu da antiga e difundida tese de que os interesses de autores e editoras é o mesmo – que a complementaridade da relação entre eles é tal que não se concebe o trabalho de um sem o outro; que essa relação é de parceria e, portanto, equilibrada e simétrica e, assim, que o interesse da editora é imediatamente o interesse do autor. O instrumento jurídico que sela essa parceria é o direito autoral, instituto que organiza a partição dos dividendos da atividade editorial e regula os direitos do público de acesso livre às obras.

Este estudo buscou avaliar, com base em evidências empíricas, se a parceria entre autores e editoras era simétrica – isto é, se a repartição dos dividendos da exploração econômica da obra era equânime. Para responder a essa pergunta, nós desenvolvemos um modelo que buscava medir, a partir de dados agregados da indústria, como se repartiam esses dividendos entre a remuneração de direito autoral paga aos autores e a remuneração retida pelas editoras na forma de lucro líquido. Como as práticas de direito autoral da indústria editorial são muito heterogêneas, nós entrevistamos autores e editoras para ver quais eram as práticas típicas em cada segmento e para cada tipo de cliente (mercado ou governo). Nós utilizamos também uma regra de bolso desenvolvida pelo BNDES para o mercado editorial e testamos a estimativa desta regra para o lucro líquido empresarial da única grande empresa editorial com dados públicos. O nosso teste indicou que o nosso modelo era razoavelmente preciso. Assim, aplicamos o modelo para o conjunto do mercado, respeitando as particularidades de cada segmento e tipo de cliente. O resultado mostrou que, de uma perspectiva global, a distribuição dos dividendos da exploração econômica dos livros é bastante desigual. Para cada três reais arrecadados, dois reais remuneram as editoras e apenas um remunera os autores.

Esse resultado indica que os autores estão em uma posição desigual na repartição dos dividendos da exploração econômica dos livros. Em seguida, fomos investigar se essa remuneração desigual era relevante para a renda dos autores de livros literários. Estudos anteriores do GPOPAI já tinham indicado o papel dos direitos autorais no setor de livros científicos e didáticos.

No setor dos livros científicos, pesquisa anterior (GPOPAI, 2008) tinha mostrado que uma parcela muito expressiva dos autores brasileiros trabalhava em regime de dedicação exclusiva em instituições públicas de pesquisa – normalmente universidades. Assim, para esses autores, o direito autoral, embora podendo ser em alguns casos expressivo, era apenas um complemento de uma renda estável e permanente como professores universitários no setor público.

No setor de livros didáticos, outra pesquisa anterior do GPOPAI (2010) tinha indicado que as vendas neste segmento são muitíssimo concentradas em poucos títulos, publicados por poucas

editoras. Isso significa que há um grupo relativamente pequeno de autores profissionais de livros didáticos com grandes tiragens editados por grandes editoras. Embora o mercado desses livros seja muito grande (cerca de metade de todo o mercado editorial brasileiro), a alta concentração de títulos e autores permite que apenas uma pequena parcela dos autores se profissionalize de maneira adequada.

Faltava-nos, portanto, elementos para avaliar o papel dos *royalties* de direito autoral para a renda dos autores de livros de literatura. Para realizar essa avaliação, investigamos então os autores profissionais de livros de literatura (aqui, restritos aos autores de romances, contos e crônicas) como aqueles que tiveram livros entre os mais vendidos, que foram premiados ou que tiveram seus livros resenhados por publicações especializadas. A partir de uma lista de autores mais vendidos, premiados e resenhados, selecionamos criteriosamente uma amostra e entrevistamos os autores buscando avaliar em que medida os *royalties* de direito autoral são relevantes para a sua renda.

Como as respostas que recebemos foram muito heterogêneas, dividimos o nosso universo em quatro tipos ideais de acordo com a estrutura da renda: 1) autores consagrados de livros de grande vendagem para os quais os *royalties* de direito autoral são muito relevantes (compondo 58% da renda); 2) autores cuja renda depende fundamentalmente de atividades relacionadas à literatura (como palestras e produção de textos para jornais) e para os quais a remuneração de direito autoral é significativa, mas minoritária (compondo 21% da renda); 3) autores cuja renda provém de propriedades e rendimentos, normalmente fruto de herança, ou de aposentadoria e para os quais a remuneração de direito autoral é muito pequena (compondo 10% da renda); 4) autores cuja renda advém fundamentalmente de um trabalho não literário e em relação ao qual o direito autoral é insignificante (compondo apenas 4% da renda).

Esses resultados se aplicam ao universo de autores que investigamos. Muito provavelmente, a remuneração de direito autoral é ainda mais irrelevante para autores "não profissionais" – ou seja, que não são premiados, resenhados por publicações especializadas ou têm livros de grande vendagem. Na verdade, mesmo para os autores de grande vendagem os direitos autorais não são a única fonte de renda, competindo com outras receitas como as remunerações pela Academia Brasileira de Letras e as "atividades literárias" (participação como jurados em concursos, palestras, feiras literárias e etc.).

Os resultados dessas duas investigações mostram duas coisas: que o regime de direito autoral no campo editorial está desbalanceado, com autores recebendo menos do que as editoras; e que os autores, de maneira geral, têm outras fontes de sustento que não o direito autoral.

No campo das políticas públicas, esses resultados apontam:

- Que os autores estão desprotegidos na sua relação com os editores e que, assim, uma reforma na lei de direito autoral precisaria fortalecer sua posição, definindo limites aos contratos (como duração e processão de revisão periódico) e controle do número de exemplares produzidos, garantindo que os autores recebam os *royalties* que lhe são devidos.

- Que os autores, como situação de fato, não dependem majoritariamente da remuneração de direito autoral. Isso significa que medidas que ampliem os direitos de acesso do público às obras (como a ampliação de exceções e limitações ao direito de autor), embora afetem em alguma medida os interesses dos autores, não comprometem a sua subsistência. Na verdade, com exceção dos poucos autores de *best-sellers* e de livros didáticos e manuais de ensino superior de grande vendagem, todos os outros autores contam muito pouco com a remuneração de direito autoral para a sua subsistência. As editoras, no entanto, são muito dependentes da exploração comercial das obras.

Assim, se entendermos de maneira adequada que no meio editorial brasileiro: 1) os autores precisam ser melhor protegidos na sua relação com as editoras pois estão numa relação **assimétrica**; 2) os direitos de acesso público (exceções e limitações) **não** comprometem a subsistência da grande maioria dos autores; e 3) os interesses das editoras **não são** imediatamente os interesses dos autores; poderemos então nos desvencilhar de certos discursos que não correspondem aos fatos e propor políticas públicas de direito autoral que entendam a multiplicidade de interesses na cadeia produtiva do livro e que, a partir desse entendimento, possam de maneira mais adequada perseguir o interesse público.

Referências bibliográficas

ABDR (Associação Brasileira de Direitos Reprográficos). *Revisão da lei de direitos autorais: uma ameaça à educação*. 2010.

CBL (Câmara Brasileira do Livro); SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros). *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. 2001-2009.

Earp, F. S.; Kornis, G. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

Gaskell, P. *A new introduction to bibliography*. Glasgow: Oxford University Press, 1972.

GPOPAI. *O mercado de livros técnico-científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento*. Bauru: Canal 6: 2008.

GPOPAI. *Uma política de direito autoral para os livros didáticos no Brasil*. São Paulo, 2010.

Lajolo, M., Zilberman, R. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

Miller, R. Re-thinking the author/ publisher partnership. *Publishing Perspectives*, 31 de agosto de 2009

Ministério da Cultura. *Perspectivas do mercado editorial e livreiro para 2005*. Brasília: 2005.

Palfreyman, J. Parent of many children: the relationship between author and publisher and their mutual obligations . *National workshop for copyright awareness and production and utilisation of the Mongolian version of "Asian Copyright Handbook"*. Ulaanbaatar, 2006.

Trachtemberg, J. A. Amazon Launches Royalty Plan for E-Books. *The Wall Street Journal*, 21 de janeiro de 2010.

Victor, F. Mais assíduos da Academia Brasileira de Letras recebem R\$ 9.000,00 por mês. *Folha de São Paulo*, 16 de março de 2010.

ANEXOS

ANEXO METODOLÓGICO - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AUTORES

PERGUNTAS

PRIMEIRO BLOCO: Formação do escritor

1. Para começar, gostaríamos de ouvir um pouco sobre a sua vida. Conta para a gente onde você nasceu (cidade e bairro)? Onde você estudou (escola pública, privada)? Qual é a profissão dos seus pais?
2. Como se envolveu com a literatura?
3. Em que momento decidiu ser escritor?
4. Qual é a sua formação acadêmica? (nome da universidade e pós-graduação se houver)
5. Tendo em vista a sua formação como escritor, qual foi o papel das Bibliotecas públicas e privadas?

SEGUNDO BLOCO: Práticas de Publicação Literária e Estrutura da Renda

6. Atualmente, de que forma os seus trabalhos são publicados?
 - a. Você enfrentou dificuldade para ser publicado - tanto no início da carreira, como hoje, para novos projetos que deseja desenvolver? Como conseguiu ser publicado?
7. Você já recebeu ou recebe algum tipo de apoio público para a produção de seu trabalho? Se sim, qual? Como foi a experiência?
8. E financiamento privado? Se sim, qual? Como foi a experiência?
9. Você já recebeu algum tipo de encomenda de livro? Se sim, qual? Como foi a experiência?
 - a. Houve alguma interferência no seu trabalho? [Em caso afirmativo] em que sentido o investimento financeiro interfere na obra?
10. Como você avalia o impacto dos prêmios literários sobre a produção de livros, hoje?
11. Qual é o papel das resenhas literárias publicadas em jornais e revistas para a sua obra, hoje?
12. O que é mais importante para a renda de um escritor hoje, no Brasil: o direito autoral, as palestras e aulas ministradas, ou outra coisa que não tem nada a ver com literatura?
13. Você consegue "viver de literatura"?

- a. [Em caso negativo] Que outras atividades remuneradas desenvolve?
- b. [Em caso afirmativo] A partir de que circunstâncias isso foi possível?

14. [Publicaremos apenas valores agregados] Dentre os itens abaixo, qual a participação PERCENTUAL de cada um em sua renda (DE MANEIRA APROXIMADA):

- Direito autoral – Livros
- Direito autoral – Televisão (roteiros)
- Direito autoral – Cinema (roteiros)
- Reportagens
- Traduções
- Palestras, cursos, oficinas
- Docência (indicar a instituição)
- Arrecadação com a venda direta de livros
- Venda de livros em formato digital
- Venda de outros produtos ligados a sua obra
- Produção de outros autores (como editor)
- Prêmios (indicar qual)
- Outros (quais?)

15. Você faz parte de alguma associação ou sindicato?

TERCEIRO BLOCO: Direito Autoral

16. Em sua opinião, o que é direito autoral?

17. Como você recebe o direito autoral de seus livros?

18. Você sabe qual é a política de licenciamento de obras de sua editora?

19. Quanto você recebe de direito autoral em contrato?

20. Você recebe sempre 10% do valor de capa, ou há variação? Se houver, em que circunstâncias isso ocorre?

21. Qual o tipo de contrato que rege a produção e a distribuição dos seus livros? Você possui algum tipo de privilégio contratual?

22. Por quanto tempo você cede os direitos autorais para a sua editora?

a. Já enfrentou algum problema com direitos autorais (por exemplo, quebra de contrato por mudança de editora)?

23. No contrato com a sua editora há menção à disponibilização de sua obra na internet?

QUARTO BLOCO: Cópias reprográficas e Internet

24.Como você vê a questão das fotocópias?

25.Você já copiou (Xerox) livros de literatura?

a.[Em caso afirmativo e negativo] Por quê?

26.Você sabe se os seus livros já foram xerocados?

27.Você autorizaria cópias reprográficas (xerox) de sua obra?

28.Você costuma ler literatura na internet de alguma forma (blogs, livros eletrônicos)?

a.[Em caso afirmativo] Qual site utiliza?

b.[Em caso negativo] Por quê?

29.Você alguma vez “baixou” algum livro pela internet?

a.[Em caso afirmativo e negativo] Por quê?

b.[Em caso afirmativo] Você já pagou por algum desses downloads?

30.Você sabe se os seus livros já foram escaneados e publicados na internet?

31. Você acredita que as obras esgotadas poderiam ser disponibilizadas em formato digital?

a.O acesso poderia ser aberto/livre?

32.Qual a sua opinião sobre as formas alternativas de licenciamento, como Creative Commons, Copyleft e etc?

33.Você liberaria a sua obra para download na internet?

34.Qual a sua opinião sobre o Googlebooks e o Kindle?

35.Em sua opinião, o mercado de livros está mudando? Em que sentido?

ANEXO METODOLÓGICO - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EDITORES

PERGUNTAS

PRIMEIRO BLOCO: Apresentação do entrevistado

1. Queria que o senhor contasse um pouco como foi a sua trajetória até chegar ao cargo de (NOME DO CARGO). Basicamente, eu queria saber: qual a sua formação, como você se envolveu com a produção de livros, em que empresas trabalhou...

2. O que você considera como o mais importante para o seu trabalho hoje?

3. Qual é o maior desafio para alguém que trabalha em uma editora do porte da (NOME DA EDITORA), no Brasil, hoje?

SEGUNDO BLOCO: Produção e distribuição do livro

4. Gostaria que você contasse um pouco para a gente a história da editora da maneira como você a avalia.

5. Nesse processo todo, quais são os momentos decisivos e por quê?

6. Como vocês selecionam os livros que serão lançados? (manuscritos, feiras)

7. De que maneira os diferentes selos que compõem o Grupo (NOME DA EDITORA) têm participação na editora? Qual é o selo mais rentável?

8. Como é feita a busca por novos autores?

9. Quantos livros, em média, vocês lançam por ano?

10. Quantos desses livros são de novos autores?

11. Qual é a tiragem média dos livros de ficção hoje?

a. Quanto tempo em média os livros de ficção demoram a esgotar?

b. Que critérios definem a reedição?

1. Das etapas de produção de um livro (desde a seleção do autor até a promoção/venda do livro), quais são feitas na editora e quais são feitas fora?

2. Como é feita a divulgação dos livros de ficção?

a. Nesse processo de divulgação, como é a relação com jornais e revistas especializadas?

b. Existe uma estratégia específica de divulgação pela internet? Se sim, desde quando?

1.Quais os principais canais de venda de livros de ficção hoje?

a.Qual dessas formas de comercialização é a mais rentável? (Se ele não falar, perguntar sobre os programas do governo, como PNBE, livrarias, sites, venda porta-a-porta, dentre outras).

TERCEIRO BLOCO: Direito Autoral e Preço de Capa

[Vamos falar um pouco da relação da editora com os autores.]

1.Quais os tipos de contrato de direito autoral estabelecidos com os autores?

a.O autor cede os direitos autorais para a editora?

b.Por quanto tempo?

1.O autor tem direito sobre a reedição? E sobre a tradução?

2.Se o direito autoral varia, é de acordo com o que? Vendagem, prestígio, ou outros fatores?

a. O direito autoral incide sobre o preço de capa que é colocado nas livrarias para o consumidor final ou sob o preço de capa sugerido pela editora?

b. **Caso incida sobre o preço nas lojas**, como é feito o repasse ao autor?

3.Há um percentual fixo para o direito autoral em relação ao preço de capa?

4.Como nosso interesse específico é o setor de ficção queríamos saber se esses contratos de direito autoral variam de acordo com o segmento (por exemplo: didáticos, obras gerais, CTP)?

a.Em quais desses segmentos os autores têm mais participação no direito autoral?

b.E entre gêneros literários existe alguma variação?

1.Como é feito o pagamento de direitos autorais?

2.O direito autoral é a única forma de pagamento dos autores?

3.E os tradutores? Como fica a questão do direito autoral para eles?

a.Que tipo de direitos os tradutores têm sobre a obra?

b.Como os tradutores são remunerados? Eles têm remuneração por trabalho específico, ou eles têm também participação nas vendas?

1.Você acredita que obras esgotadas poderiam ser disponibilizadas em formato digital ou sob demanda?

2.Como vê a disponibilização de livros em formato eletrônico?

a.O acesso poderia ser aberto/livre?

b.Quais seriam os empecilhos para isso?

c.Apoiaria a digitalização de livros esgotados?

1.A editora já incluiu o direito à distribuição em formato digital nos contratos com os autores?

a.[Se sim,] desde quando?

b.E quem detém os direitos? A editora ou o autor?

1.A editora considera liberar seu catálogo para download na internet? Autorizaria cópias reprográficas (xerox) de seu catálogo?

2.A editora faz parte de alguma associação ou sindicato?

QUARTO BLOCO: Internet

[Para concluir, gostaríamos que você nos contasse um pouco sobre o impacto das novas tecnologias no setor editorial.]

3.Como você avalia o impacto da digitalização de livros para o mercado de ficção, no Brasil?

4.Tendo em vista a chegada de dispositivos eletrônicos para a leitura de *ebooks* no Brasil (como o Kindle), como você avalia a possibilidade de disponibilizar seus livros em formato digital?

a.[Sabemos que a empresa avalia o Kindle, mas] há alguma iniciativa concreta nesse sentido?

b.[Se sim] como está o processo?

1.Como você avalia as tendências e possibilidades do uso da internet para a venda de livros, tanto em formato físico quanto digital?

2.Em sua opinião, o setor editorial brasileiro está preparado para as novas tecnologias?

a.[Se não,] o que falta?